



# A Tríplice Fronteira Setentrional do Brasil e a Arquitetura do Forte São Joaquim do Rio Branco-RR

Graciete Guerra da Costa

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Roraima (UFRR)  
Avenida Ene Garcez, 2413, Bloco V CCT Aeroporto – Boa Vista – RR – Brazil

graciete.costa@ufrrl.br

**Resumo.** *O trabalho estuda as características particulares da Arquitetura produzida na Região da tríplice fronteira, Brasil, Venezuela e Guiana em meados do século XVIII. Trata-se do Forte de São Joaquim do Rio Branco no Estado de Roraima situado na porção mais Setentrional do Brasil localizado no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, que se juntam para formar o Rio Branco. O ponto era estratégico porque o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis vindos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses surgidos do Suriname para chegar ao rio Amazonas. O objetivo desse trabalho é verificar como se encontra atualmente esse forte, valorizar a sua Arquitetura e estudar o engenheiro militar alemão Phelippe Stürm.*

**Abstract.** *The work studies the particular characteristics of the Architecture produced in the Region of the triple frontier, Brazil, Venezuela and Guiana in the middle of the eighteenth century. It is the São Joaquim Fort of Rio Branco in the State of Roraima located in the northernmost portion of Brazil located at the meeting of the Tacutu and Uraricoera rivers, which come together to form the Rio Branco. The point was strategic because the Tacutu river served as an entrance to the Spanish coming from Venezuela, and the Uraricoera was used by the Dutch from Suriname to reach the Amazon River. The objective of this work is to verify how the fort is currently, to value its Architecture and to study the German military engineer Phelippe Stürm.*

## 1. Introdução

A busca de informações sobre a Tríplice Fronteira Setentrional do Brasil e a Arquitetura do Forte São Joaquim do Rio Branco algumas esquecidas da história da Arquitetura e das cidades ajudará a esclarecer a geopolítica da Hileia. O texto privilegiará a Região de Roraima do arco arquitetado pelos portugueses. Considerando o peso simbólico de tais edificações na segurança colonial, a pesquisa procurou pontuar os limites setentrionais das posses lusitanas e as dificuldades para defendê-las.

As fortalezas erguidas na Amazônia nos séculos XVII e XVIII representaram a estratégia ibérica, a favor de eficientes políticas de Defesa.

Os portugueses enfrentaram a resistência da população indígena. Lutas, massacres e mortes dos verdadeiros donos da terra, presos pelas Tropas de Resgate compõem a memória das regiões fronteiriças como o Forte São Joaquim do Rio Branco (Boa Vista).

Como arquiteta/urbanista, incomodava à autora a descrição nada precisa da localização dos fortes. Por exemplo, afirmar que estavam “na margem esquerda do rio...”. Daí a opção de trabalhar com as coordenadas geográficas das fronteiras e fortificações, para solucionar dúvidas quanto à localização e a geonímia. Para tanto, a abordagem sobre os religiosos e o seu poder de comunicação mostrará a influência da Igreja na região e a importância dessa Arquitetura.

## 2. Forte de São Joaquim do Rio Branco - Boa Vista - RR (1775)

Coordenadas geográficas: 03° 02' 26" N 060° 29' 13" W

O Forte de São Joaquim do Rio Branco fica no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, que se juntam para formar o Rio Branco. O ponto era estratégico porque o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao Amazonas (FERREIRA, 1787). O local ideal para a construção seria entre os dois rios, mas o sítio físico sofria inundações e não oferecia condições seguras para uma construção duradoura (Figura 1).

Alguns autores indicam que o Forte São Joaquim se encontra inserido na fazenda São Marcos, mas essa informação é equivocada, tendo em vista que a citada propriedade está do outro lado do rio e sedia um serviço de proteção aos índios.

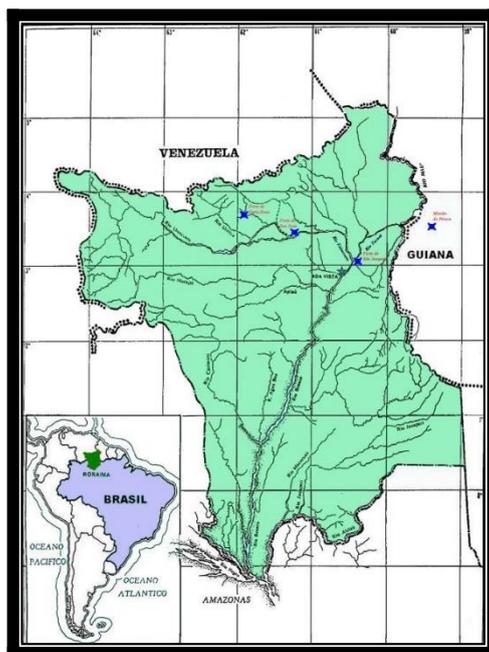


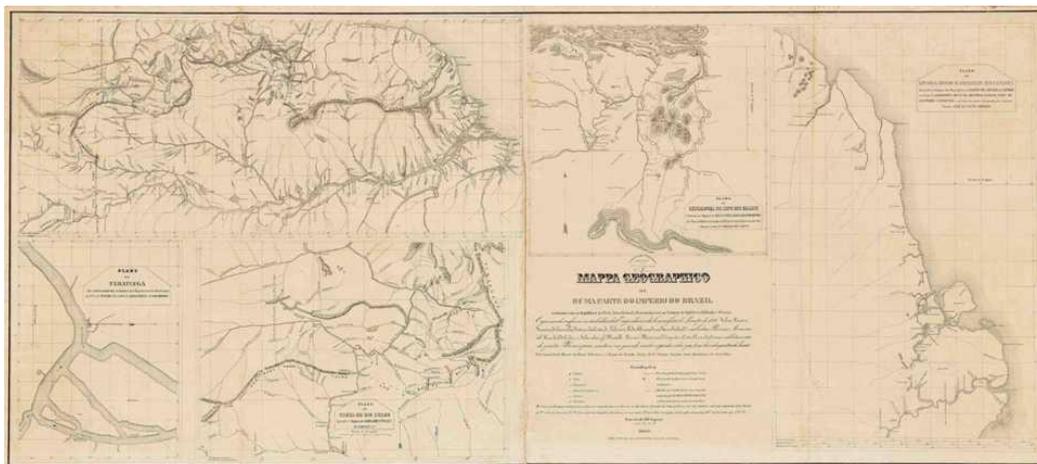
Figura 1. Mapa de Roraima.

Por Provisão Régia datada de 14 de novembro de 1752, o rei D. José I determinou ao Governador e Capitão-Geral do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que construísse um Forte à margem do Rio Branco, diz (MENDONÇA, 2005). O rei preocupado com os holandeses que passavam das terras do Suriname ao rio Branco achava que uma fortaleza seria mais apropriada e que fossem consultados os engenheiros designados para a construção. O Forte deveria sempre estar guarnecido com uma Companhia do Regimento



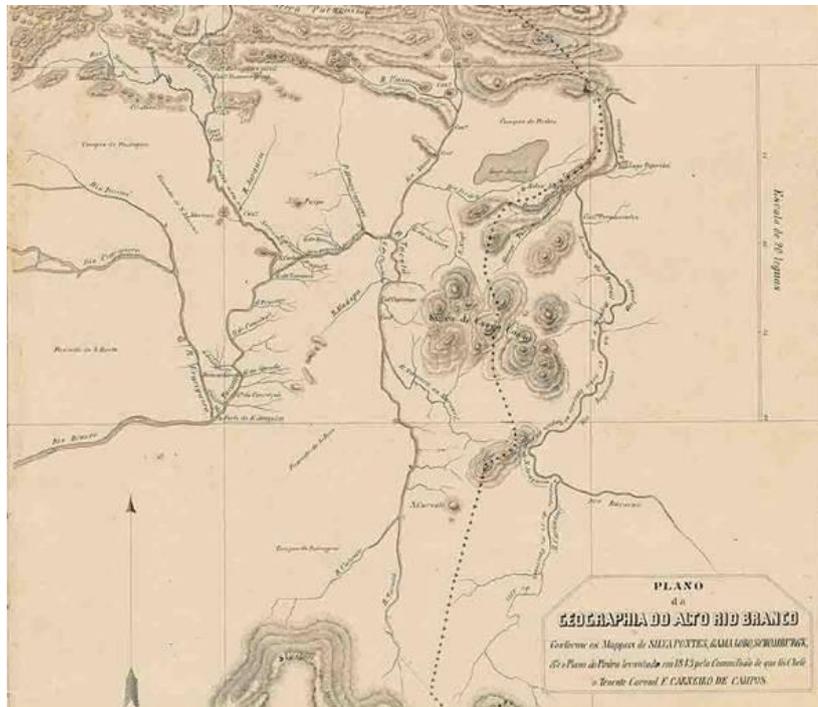
de Macapá (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775; ALMADA, 1861, p. 657-658).

O Mapa (Figura 2) mostra uma parte Norte – confinante com as Repúblicas do Peru, Nova Granada, Venezuela e com as Colônias de Inglaterra, Holanda e França, datado de 1777. Esse mapa constitui o Documento No. 4556, do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM) da Direção dos Serviços de Engenharia do Exército Português, em Lisboa.



**Figura 2. “Mapa Geographico de huma Parte do Império do Brazil”, 1777.**

O mesmo ocorre no Mapa do Plano da Geographia do Alto Rio Branco na (Figura 3).



**Figura 3. Plano da Geographia do Alto Rio Branco. (A H U, 1775)**

O Forte de São Joaquim do Rio Branco mostrado (Figuras 4 e 5) foi construído



pelo alemão Phelippe Frederico Stürm, em 1775, enviado para destruir instalações estrangeiras e garantir a posse da terra. Ele foi escolhido para essa missão, porque antes expulsou espanhóis em Marabitanas. Portugal pretendia ocupar a região do Rio Branco por meio da construção de uma fortificação e de povoados.



Figura 4. Planta do Forte São Joaquim, em Roraima, 1775.

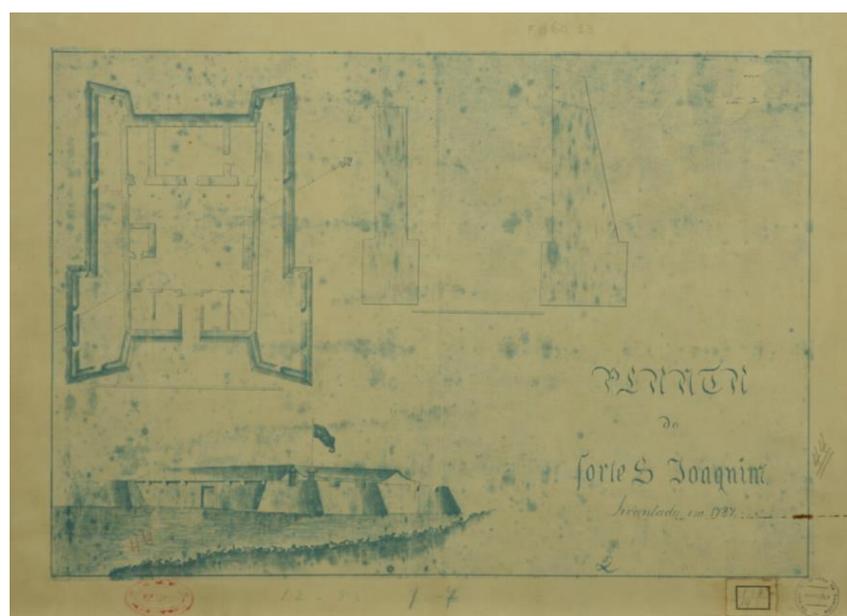


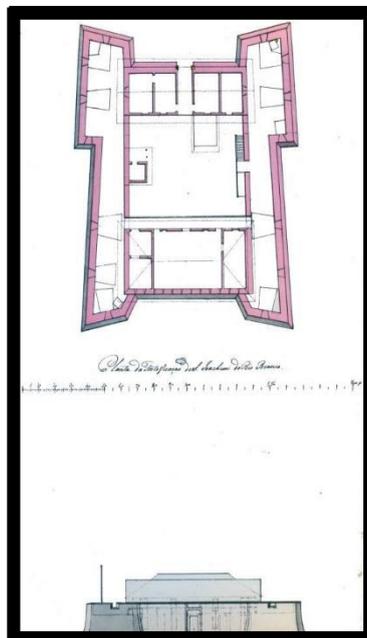
Figura 5. Planta do Forte São Joaquim, em Roraima, 1775.

O forte com seu comandante e seus subordinados seria o instrumento da política portuguesa. Para tanto, os indígenas eram imprescindíveis, tanto na construção quanto na qualidade de exímios conhecedores da região.

Da mesma forma como procedeu em Marabitanas, em 1767, Phelippe Stürm situou o Forte São Joaquim do Rio Branco, de forma retangular, no eixo de simetria da povoação. Em Marabitanas, no Rio Negro era quadrada. A escassez de materiais e mão-de-obra fez com que Stürm optasse por construir o forte em pedra. Na falta de cal para fazer a argamassa, utilizou barro na junção das pedras. A construção estilo Vauban ficou, por esse

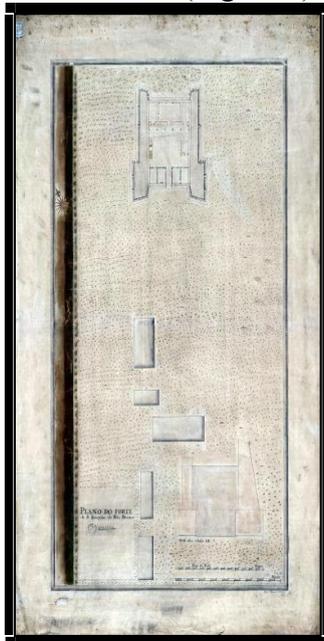
motivo, menos resistente.

Examinando a planta do forte (Figura 6) podem-se ver dezesseis canhoneiras. Segundo Adler Homero, dez canhões foram fundidos em outubro de 1763, na capital do Pará, inclusive duas peças de bronze.



**Figura 6. Planta e elevação do Forte São Joaquim do Rio Branco.**

O forte era pequeno, tinha cerca de 18 metros em seu lado maior, muralhas baixas (5,4 m) e um reparo. O espaço reservado aos canhões era estreito, de forma que somente canhões pequenos poderiam ser instalados. Stürm pôde construir baluartes plenos na frente, na parte posterior foram feitos meio-baluartes (Figura 7).



**Figura 7. Planta da vila do Forte de São Joaquim, 1787.**

As instalações para a guarnição do forte eram desconfortáveis, e abrigavam quando muito 15 ou 16 praças. Além das precárias instalações, o forte era vulnerável às águas do rio e inundações, que subiam de 60 a 90 cm nas enchentes (Figura 8).

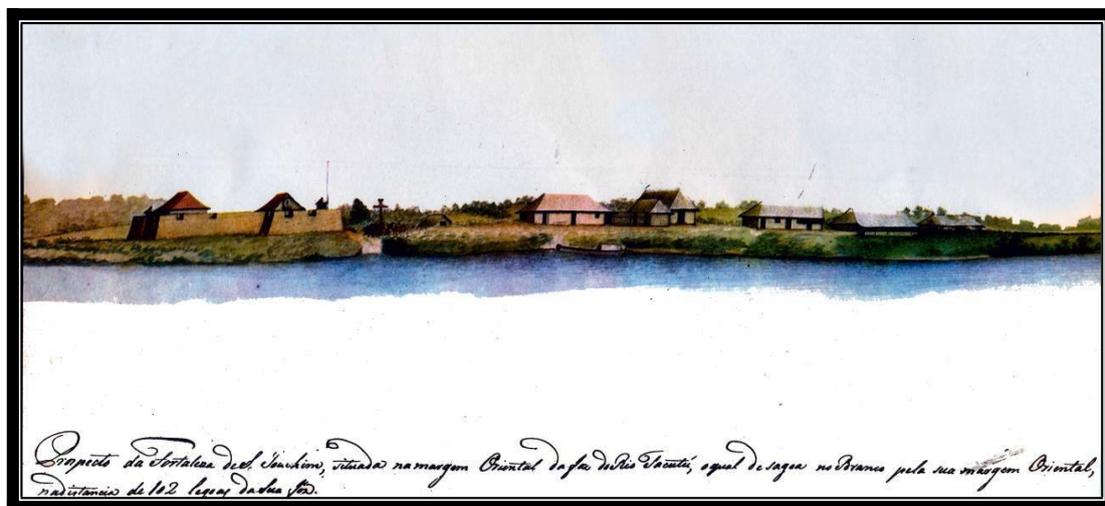


Figura 8. Prospecto da Fortaleza de São Joaquim, FERREIRA, 2007.

### 3. A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira

A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira durou quase dez anos (1783- 1792), e está entre as importantes expedições no Século XVIII à Amazônia Brasileira. Ela descreveu as riquezas naturais e produziu como resultado registros históricos, mapas, plantas arquitetônicas, além de coletas de espécies, muitas ainda desconhecidas por mais de dois séculos. Na visita à região do Forte de São Joaquim do Rio Branco em 1786, elaborou iconografia, como o Prospecto da Fortaleza de São Joaquim; Planta da Fortaleza de S. Joaquim; Planta da Capela e Residência do Capelão do Forte de São Joaquim. Os desenhos das plantas e das duas vistas do forte foram feitos por Antônio José Landi, arquiteto italiano de Bolonha, que veio ao Brasil em 1753, junto com Phelippe Stürm, na Comissão Demarcadora de Limites (FERREIRA, 2007).

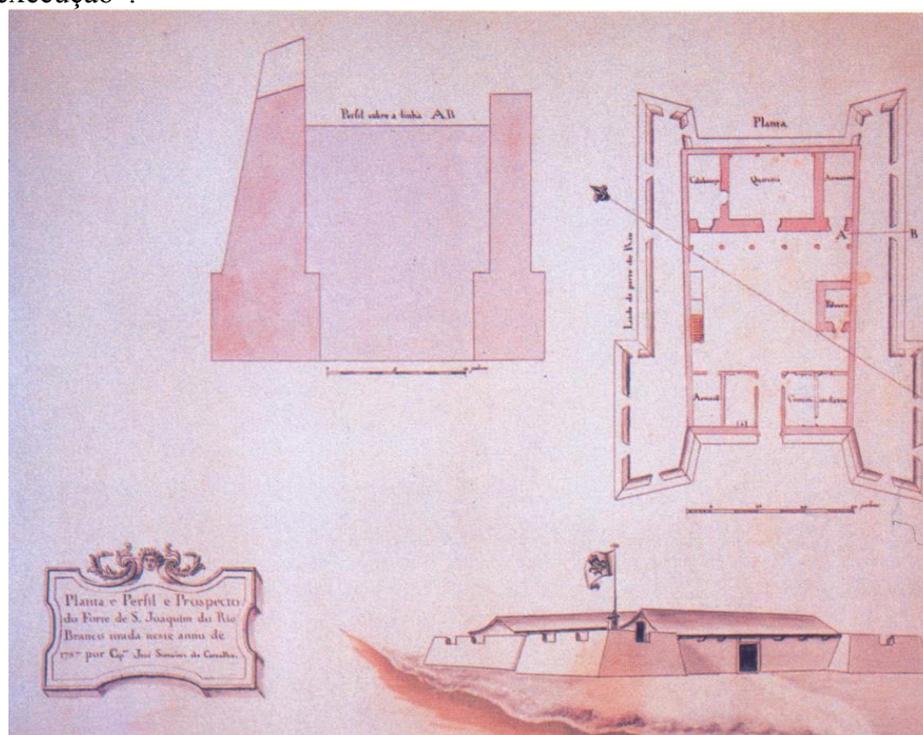
Em maio de 1822, a guarnição reduziu-se a sete soldados. Quase dez anos depois, em 1831, Baena no Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, informou, que o forte era o mais bem conservado das fronteiras (BAENA, 2004).

O abastecimento do forte, muito isolado, era problema a ser enfrentado, bem como as relações com os indígenas. Para ter alimento era preciso habilidade com o gentio, e administração portuguesa ao expulsar e maltratar os indígenas eliminava sua fonte de sustento. Os edifícios estavam arruinados e os soldados se alojavam nas palhoças ao lado do de fora do forte (Figura 9).



**Figura 9. Planta do forte de São Joaquim, em Roraima, 1881.**

O capitão Stürm morreu em setembro de 1778 e foi sepultado na parte externa do Forte São Joaquim do Rio Branco, no terreno que servia de cemitério, fato lembrado por Ribeiro de Sampaio, quando afirmou que a obra havia sido edificada conforme o risco (desenho) do engenheiro (Figura 10), que “[...] que assistiu á ella quasi todo o tempo que durou a execução”.



**Figura 10. Planta elaborada pelo capitão José Simões de Carvalho, em 1787.**

O ambiente do Forte São Joaquim do Rio Branco se complicou quando forças militares e o Comissário de Fronteiras, Coronel João Henrique de Matos foram enviados para tratar com os ingleses (MATOS, 1979).



Segundo João Henrique de Matos, em relatório citado por Arthur Reis, o Major de Artilharia Higino José Coelho iniciou melhorias no forte. Os trabalhos tiveram início em 18 de dezembro de 1842, apesar da falta de recursos e de mão-de-obra. Conforme Matos recebiam ração diária, fardamento, mas o soldo atrasava anos (MATOS, 1979).

Adler Homero (IPHAN, 2011) informa que o Comissário de Fronteiras relatou que a tropa de Forte São Joaquim do Rio Branco tinha apenas um capitão de artilharia como comandante, e nove praças. Mais tarde as condições inóspitas, do clima e a pouca produtividade dos lavrados e das campinas favoreceram a deserção dos soldados (IPHAN, 2011).

#### 4. As Fazendas Reais

Lobo de Almada (ALMADA, 1861), em sua obra sobre o Rio Branco, foi o primeiro a ter a iniciativa sobre criação de gado. Ele pensava sobre as potencialidades econômicas dos produtos naturais do modificado Vale do Rio Branco (ALMADA, 1861).

Ribeiro de Sampaio e Lobo de Almada acreditavam que o gado bovino nos campos de Rio Branco poderia ser uma alternativa de comércio na Região. A carne de gado era mais rentável e proveitosa do que a de tartarugas, cujos ovos eram matéria-prima para manteiga, além de abastecer as missões do Rio Negro. É dele também a ideia de criação da fazenda da Coroa, depois denominada São Bento. Ela poderia fornecer carne seca para abastecer outras fortificações da Colônia. A fabricação de solas de couro diminuiria o preço do produto para os moradores da capitania, e sua exportação, talvez aumentassem os dízimos (ALMADA, 1861) e (SAMPAIO, 1850).

As Fazendas Reais localizaram-se nas terras firmes do Alto Rio Branco. Foram divididas em três áreas: uma a Oeste, entre o Rio Uraricoera e o Rio Branco, era a do Rei – registrada com o nome de “São Bento”, e as outras duas ficaram nas mãos de particulares na virada do século XVIII para o XIX. A fazenda São José foi instalada próxima ao Forte São Joaquim, era de propriedade de José Antonio Évora, um dos homens mais ricos do Rio Negro no final do século XVIII. A bancarrota da família Évora no Rio Negro levou seus bens a leilão, incluindo a fazenda no Rio Branco. Como não houvesse quem a arrematasse, o Estado a confiscou.

A fazenda São Marcos, localizada ao Norte entre o rio Uraricoera e o Tacutu, era de propriedade de Nicolau de Sá Sarmento, comandante do Forte São Joaquim. Sarmento foi, por longo tempo, o dirigente administrativo da Região.

Após a morte de Sarmento, sua herança foi incorporada aos bens da Coroa, por não haver herdeiros.

Segundo Adler Homero, o Forte São Joaquim do Rio Branco foi abandonado no início da República (Figura 11), depois de uma grande cheia do rio, infestado pelas chamadas formigas de fogo (CASTRO, 2009).

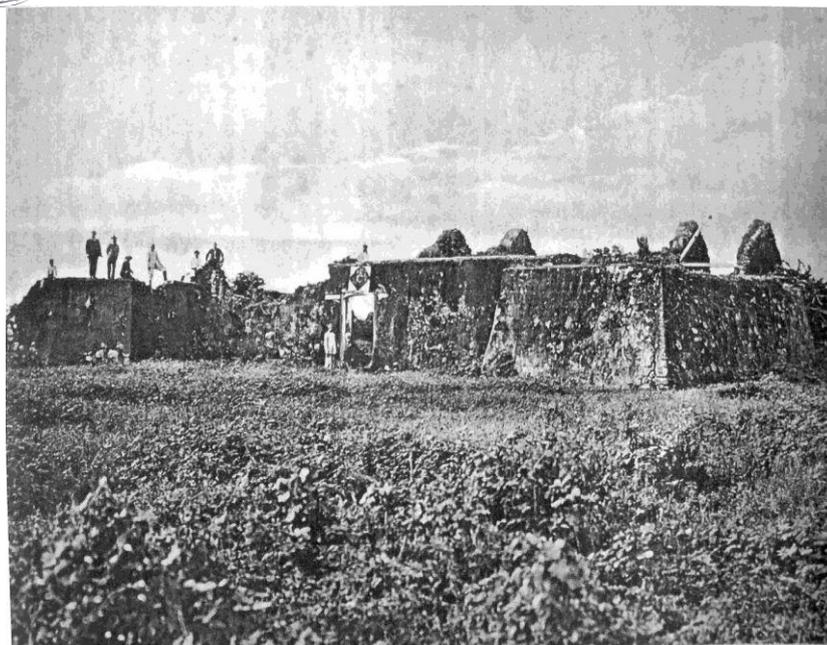


Figura 11. Ruínas do forte no início da República, (CASTRO, 2009).

## 5. O estado da arte do Forte

Parte das pedras de suas muralhas acabou sendo utilizada nas construções pelos moradores, fato que destruiu grande parte de sua estrutura física.

A importância da região era tal que, inclusive, foi criada uma unidade especial para o local, um embrião dos futuros pelotões de fronteira, com três sargentos, 2 cabos e 31 soldados, segundo o DECRETO n° 15.235 de 31 de dezembro de 1921, que organiza o Exército ativo em tempo de paz. Foram criados pelotões idênticos nos locais dos antigos fortes da Amazônia: Tabatinga e Cucuí, bem como um na fronteira do Oiapoque.

No local do forte o Governo Federal resolveu criar, em 1985, um novo Brasil na Amazônia Setentrional com a ajuda do Programa Calha Norte. Nesse contexto, o Forte São Joaquim do Rio Branco teve lembrado e saudada sua importância histórica ocupando vazios estratégicos.

Em Roraima, o Programa atende a quinze municípios, entre os quais Boa Vista e a região do Forte São Joaquim do Rio Branco. O Exército Brasileiro mantém a 1ª Brigada de Infantaria de Selva “Brigada Lobo D’Almada”, que abriga o 7º Batalhão de Infantaria de Selva “Batalhão Forte São Joaquim”, guarnição efetivada após a desativação definitiva do forte.

As suas ruínas encontram-se tombadas como Patrimônio Histórico desde 22 de abril de 2001, constatado em visita realizada no dia 1º de março de 2015.

O Forte fica a 52 km de distância, ao norte de Boa Vista, por via terrestre; chega-se lá pela BR 401, entrando à esquerda no km 40 dessa rodovia, onde ainda se percorre uma estrada de terra de 6 km, até a Fazenda São João.

Há queixas de moradores, e até autoridades sobre restrições de entrada de pessoas na área do forte, o que confirma a opinião de que o guardião de fato do forte acaba sendo o

proprietário da Fazenda São João, Sr. Pedro Calcário. O IPHAN mantém relações amigáveis com o proprietário, que forneceu uma cópia da chave da porteira da fazenda, para que essas instituições possam chegar ao forte quando quiserem.

Na entrada encontra-se um pórtico (Figura 12), que fica na lateral do forte.



**Figura 12. Pórtico de entrada do Forte São Joaquim do Rio Branco, 2015.**

Na época da construção do pórtico, o forte estava recoberto por vegetação e não era possível identificar qual era a parte que correspondia à entrada principal (Figura 13).



**Figura 13. Vista da nascente do Rio Branco, rios Tacutu e Uraricoera, 2015.**

Ainda é possível ver partes das paredes laterais, com algumas partes em que o processo construtivo está preservado (Figura 14) e (Figura 15).



**Figura 14. Lateral do Forte São Joaquim do Rio Branco, 2015.**



**Figura 15. Paredes de pedra do Forte São Joaquim do Rio Branco, 2015.**

O Forte São Joaquim do Rio Branco está em processo de desmoronamento, o tempo e a quantidade de terra acumulada favoreceram para que a floresta se encarregasse de encobrir e camuflar o forte. Árvores de diversos tamanhos cresceram no interior e fora dele. Segundo Ribeiro Sampaio (1850), haveria um cemitério, e nele enterraram o Capitão Engenheiro alemão Phelippe Stürm, no ano de 1778.

É necessário fazer limpezas no forte, para que um trabalho de Arqueologia possa identificar a comunidade que existiu em frente ao Forte, como por exemplo: a igreja, o cemitério, a vila e outros elementos externos à fortificação (Figura 16).



**Figura 16. Planta da Capela do Forte São Joaquim do Rio Branco, s/d.**

Na entrada existe um museu aberto, mas coberto, onde foi construída uma maquete do Forte São Joaquim, a partir da iconografia feita por Codina, desenhista e naturalista da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, que passando pelo Forte São Joaquim captou a vista do Rio.

A maquete é fiel (Figura 17) mostra o encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, a comunidade localizada à frente do forte e a cobertura (móvel) da praça central do quartel, para que se possa ver por dentro seu processo construtivo colonial.



**Figura 17. Maquete do Forte São Joaquim do Rio Branco, no 6° BEC, 2015.**

O nome do alemão Phelippe Frederico Stürm está gravado na memória dos alunos das escolas de ensino fundamental e médio, que visitam o 6° Batalhão de Engenharia e Construção – BEC do Exército para aulas de história Boa Vista.

Há também uma Avenida em Boa Vista denominada Forte S. Joaquim (Figura 18), além da maquete do forte (Figura 19). Apesar da distância do local, os moradores detêm conhecimentos e histórias do lugar. Não há dúvidas, que entre os fortes estudados, esse oferece condições para um imediato processo arqueológico, visando sua preservação.



**Figura 18. Placa de rua com o nome do Forte São Joaquim do Rio Branco, 2015.**



**Figura 19. Maquete do Forte São Joaquim do Rio Branco, 2015.**

Existem em Boa Vista quatro canhões do forte (Figura 20), sendo três de calibre 6 e um de calibre 4, sob a guarda do 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, e outros no 7º Batalhão de Infantaria de Selva.



**Figura 20. Um dos canhões do Forte São Joaquim do Rio Branco, 2015.**



## 6. Conclusão

A interdisciplinaridade presente no estudo da Tríplice Fronteira Setentrional do Brasil e a arquitetura do Forte São Joaquim do Rio Branco autorizou recorrer à Cartografia dos Limites, à Arquitetura vernacular, à História, à Geografia, à Geopolítica, à Sociologia da conquista e à religião.

A falta de informações específicas sobre as fortificações nessa Tríplice Fronteira Setentrional fez com que a pesquisadora recorresse e transcrevesse com suas próprias palavras, trabalhos de historiadores e estudiosos do assunto citados e relatados na bibliografia.

No andamento do estudo foram consultadas obras no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Mapoteca do Itamaraty no Rio de Janeiro, Biblioteca Arthur Reis em Manaus-AM, Biblioteca Pública do Estado do Amazonas em Manaus e Forte São Joaquim do Rio Branco em Boa Vista-RR.

Para chegar às localidades da Tríplice Fronteira Setentrional do Brasil, a pesquisa de campo percorreu 41.700 quilômetros em avião, carro, ônibus, barco, voadeira e lancha.

Como observou o leitor, a investigação sobre a Tríplice Fronteira Setentrional do Brasil estruturou-se em cinco partes. Quis identificar acontecimentos relacionados à conquista e a ocupação do território, nos conformes do olhar colonial. Também apresentou um panorama sobre as populações nativas e missionários que auxiliavam a conquista por meio da catequese.

A entrada dos portugueses na Amazônia ocorreu do Leste para Oeste, pela calha do Rio Amazonas, e do Sul em direção ao Norte e ao Noroeste, partindo de São Paulo, em fins do século XVII.

O indígena foi vital para o colonizador no processo de desbravamento. Seus atributos incluíam específicos conhecimentos das Drogas do Sertão. Eram exímios remadores e conhecedores das rotas fluviais. Donos de diferentes logísticas e estratégias, seus métodos eram primitivos, mas eficazes.

Os padres batizavam e ensinavam a língua portuguesa. No trabalho de catequizar as tribos, embrenhavam-se pelas florestas e fundavam missões.

Como parte do Programa de Pós-doutorado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB a pesquisa de uma arquiteta e urbanista amazônica é modesta contribuição interdisciplinar para incentivar o estudo das relações internacionais na Tríplice Fronteira Setentrional do Brasil acoplado à Arquitetura, à Cartografia, à Segurança e à História da região.



## 7. Referencias

- Almada, M. G. L. (1787) Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnographico do Brasil - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, nº 4, 1861, p. 617-683.
- Baena, A. L. M. (2004) Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Brasília.
- Barros, J. P. (s.d.) Plano do Forte de S. Joaquim do Rio Branco Mss. Biblioteca Nacional-BN.
- Castro, A. H. F. (2009) Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro.
- Ferreira, A. R. (1787) Tratado Histórico do Rio Branco. Códice 21, 2, 1 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. III, p. 25.
- Ferreira, A. R. (2007) Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá (3 vols.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN (2011) FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO – PROCESSO Nº 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro.
- Lyra Junior, A. A. (2014) O Brasil na América: a história das relações internacionais brasileira durante o período de transição entre o Império e a República. Curitiba: Juruá.
- Matos, J. H. (1979) Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. In: REIS, Arthur C. Ferreira. O Amazonas em 1845, Revista do IHGB, vol. 325, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 165.
- Mendonça, M. C. (2005) A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, p. 302.
- Planta do forte São Joaquim na província do Amazonas. (1881) Major E. Cavalcante de Mello, Mss Arquivo Histórico do Exército, (planta física).
- Sampaio, F. X. R. (1850) Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro - Tomo XIII. Rio de Janeiro, nº 18, 1850, p. 251.